



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos para atividades físicas, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Município de Salto do Lontra - PR, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme especificações abaixo:

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	UN.	UNIT.	TOTAL
1	1	30948	Colchonetes para a prática de exercícios físicos confeccionados em espuma e revestidos com napa, medindo aproximadamente 100cmx50cm e 2 cm de espessura.	30,00	Un	123,00	3.690,00
2	1	30949	Halteres para a prática de exercícios físicos, feitos em ferro fundido e revestidos em borracha, pesando 2 kg	20,00	Un	78,38	1.567,60
3	1	30950	Halteres para a prática de exercícios físicos, feitos em ferro fundido e revestidos em borracha, pesando 3 kg.	20,00	Un	117,38	2.347,60
4	1	30951	Faixa elástica Thera band cor amarela, intensidade leve Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m produzidas em Latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	36,90	1.107,00
5	1	30952	Faixa elástica Thera band cor roxa, intensidade média. Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m produzidas em Latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	42,23	1.266,90
6	1	30953	Faixa elástica Thera band cor azul, intensidade forte Dimensões aproximadas de 1,50m x 0,14 m produzidas em Latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	50,56	1.516,80
7	1	30954	Cinta elástica de cor amarela, intensidade leve com dimensões aproximadas de 30 cm x 5 cm produzidas em Latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	48,21	1.446,30
8	1	30955	Cinta elástica de cor vermelha, com intensidade média e dimensões aproximadas de 30 cm x 5 cm produzidas em latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	53,18	1.595,40
9	1	30956	Cinta elástica de cor azul, com intensidade forte e dimensões aproximadas de 30 cm x 5 cm, produzidas em latex. Referência: Vollo e Acte Sports de qualidade igual ou superior.	30,00	Un	60,51	1.815,30
10	1	30957	Bola medicine ball em borracha matrizada, indicada para uso terapêutico e para treinamento físico, sem alças e pesando 1 kg.	10,00	Un	83,11	831,10
11	1	30958	Bola medicine ball em borracha matrizada, indicada para uso terapêutico e para treinamento físico, sem alças e pesando 2 kg.	10,00	Un	105,11	1.051,10
12	1	30959	Kit contendo 20 unidades mini cone produzido para a prática de exercícios físicos em material plástico medindo aproximadamente 20 cm de diâmetro e 5cm de altura de cores variadas.	1,00	KT	160,30	160,30
13	1	30960	Kit de aro hexagonal com 6 unidades produzidas em PVC, polipropileno ou plástico resistente, com interconexões entre elas medindo aproximadamente 40 cm a 50 cm incluindo presilhas, conectores ou travas de fixação em nylon/plástico para montagem.	1,00	KT	131,75	131,75
14	1	30961	Bastões de madeira revestidos medindo 1 metro e com diâmetro aproximado de 2,5 cm com ponteiros de proteção em borracha.	20,00	Un	35,06	701,20
15	1	30962	Caneleiras de 1 kg destinadas a exercícios de fortalecimento muscular, fisioterapia, reabilitação e treinamento funcional, confeccionadas em tecido de nylon impermeável, de fácil limpeza, com enchimento em grãos de ferro ou areia ensacados	10,00	Un	77,11	771,10



Município de Salto do Lontra

Estado do Paraná

CNPJ 76.205.707/0001-04

Paço Municipal Prefeito Dr. Wilson J. S. Nunes

			individualmente e costura reforçada, fechamento por velcro reforçado.				
16	1	30963	Caneleiras de 2 kg destinadas a exercícios de fortalecimento muscular, fisioterapia, reabilitação e treinamento funcional, confeccionadas em tecido de nylon impermeável, de fácil limpeza, com enchimento em grãos de ferro ou areia ensacados individualmente e costura reforçada, fechamento por velcro reforçado.	10,00	Un	89,24	892,40
17	1	30964	Caneleiras de 3 kg destinadas a exercícios de fortalecimento muscular, fisioterapia, reabilitação e treinamento funcional, confeccionadas em tecido de nylon impermeável, de fácil limpeza, com enchimento em grãos de ferro ou areia ensacados individualmente e costura reforçada, fechamento por velcro reforçado.	10,00	Un	97,24	972,40
18	1	30965	Caneleiras de 4 kg destinadas a exercícios de fortalecimento muscular, fisioterapia, reabilitação e treinamento funcional, confeccionadas em tecido de nylon impermeável, de fácil limpeza, com enchimento em grãos de ferro ou areia ensacados individualmente e costura reforçada, fechamento por velcro reforçado.	10,00	Un	107,38	1.073,80

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.

2.1. PROSPECTO: A licitante vencedora deverá enviar a Pregoeiro, sob pena de desclassificação, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a finalização do certame, através do e-mail: licitacaosaltodolontra@gmail.com ou anexar no sistema BLL, os “FOLDERS”, ENCARTES, FOLHETOS TÉCNICOS ou CATÁLOGOS dos equipamentos ofertados, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação da equipe técnica.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

3.1. O objeto dessa licitação é classificado como bem comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.2. O objeto dessa licitação não se enquadra como bem de luxo.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da assinatura, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que fique comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos e mediante anuência do fornecedor.

4.2. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná



4.3. O ato de prorrogação de vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.4 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.5 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e esse instrumento deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de equipamentos para atividades físicas, visando promover ações voltadas à saúde, bem-estar, qualidade de vida, inclusão social e envelhecimento ativo dos usuários atendidos pela Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Município de Salto do Lontra - PR.

A disponibilização de equipamentos adequados permitirá a realização de atividades físicas orientadas, programas de promoção da saúde, fortalecimento muscular, alongamento, recreação e integração social, especialmente para mulheres e pessoas idosas atendidas pelos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria.

A contratação justifica-se pela necessidade de estruturar e ampliar as ações públicas voltadas à prevenção de doenças, incentivo à prática regular de exercícios físicos e melhoria da qualidade de vida da população atendida, contribuindo para a redução do sedentarismo e para o fortalecimento das políticas públicas de assistência, inclusão e promoção da saúde.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da possibilidade de aquisição parcelada dos equipamentos, conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade da Administração Municipal durante a vigência da ata, proporcionando maior economicidade, eficiência e flexibilidade na gestão dos recursos públicos.



5.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na aquisição de equipamentos para atividades físicas, novos, de primeiro uso, devidamente certificados quando exigido pela legislação vigente, destinados à implantação, manutenção e desenvolvimento das atividades promovidas pela Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Termo de Referência.

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. SUSTENTABILIDADE

7.1.1 Na seleção das propostas, deverão ser observados, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando-se produtos que atendam a requisitos como: uso de materiais reciclados ou recicláveis, atoxicidade, conformidade com normas técnicas aplicáveis e informações claras sobre descarte adequado, em consonância com a política de gestão de resíduos

7.2. AMOSTRAS

7.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar catálogo ou ficha técnica oficial do equipamento ofertado, em formato digital, a ser anexado no sistema eletrônico, para comprovação do atendimento às especificações deste Termo de Referência.

7.2.3. Os catálogos ou fichas técnicas deverão ser apresentados em formato digital, anexados no sistema eletrônico ou encaminhados por meio indicado no edital, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a solicitação formal da Administração, sendo de inteira responsabilidade da empresa o envio tempestivo e a legibilidade dos documentos apresentados.

7.2.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido no item anterior, desde que o pedido seja formulado pelo licitante, de forma fundamentada, por meio do chat do sistema eletrônico ou outro canal oficial, antes de findo o prazo, e desde que a Administração considere a justificativa aceitável.

7.2.5. No caso de não apresentação dos catálogos ou fichas técnicas no prazo estabelecido, de apresentação incompleta, ilegível ou que não permita a verificação do atendimento às especificações, ou ainda de indicação de produto em desacordo com as exigências deste Termo de Referência, a proposta poderá ser recusada, passando-se à análise do próximo licitante classificado.



7.2.6. Serão avaliados, com base nos catálogos e fichas técnicas apresentados, os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade do equipamento com as especificações técnicas deste Termo de Referência, características de desempenho declaradas pelo fabricante.

7.2.7. Os licitantes interessados poderão ter vista dos catálogos e fichas técnicas apresentados, bem como obter informações sobre prazos e procedimentos de análise, por meio de consulta ao processo eletrônico ou contato com a equipe técnica responsável, observadas as regras do edital e do sistema eletrônico.

7.2.8. Os resultados das avaliações técnicas serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico, indicando, de forma sucinta, se o produto ofertado atende ou não às especificações deste.

7.2.9. Se os catálogos e fichas técnicas apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar não comprovaram o atendimento integral às especificações, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á, assim, sucessivamente, com a verificação da documentação técnica dos demais licitantes, até a identificação de produto que atenda às exigências constantes deste Termo de Referência.

7.2.10. Os documentos técnicos apresentados (catálogos, fichas técnicas, manuais e certificados) integrarão o processo administrativo apenas para fins de análise e comprovação de conformidade, não gerando direito a ressarcimento de quaisquer despesas incorridas pelos licitantes.

7.2.11. Após a divulgação do resultado final do certame, os catálogos e fichas técnicas apresentados permanecerão arquivados no processo administrativo, não sendo devidos quaisquer ressarcimentos ou devoluções, ressalvadas as hipóteses de desentranhamento autorizadas pela Administração, quando cabíveis.

7.2.12. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as informações técnicas indispensáveis à realização da avaliação, fornecendo, sem ônus, manuais, especificações detalhadas e demais documentos técnicos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução, quando necessário, para o perfeito entendimento e análise do equipamento ofertado.

7.3. SUBCONTRATAÇÃO

7.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



8. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

9. MODELO DE EXECUÇÃO

9.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1.1 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, em remessa única, no endereço Rua Prefeito Neuri Baú, nº 1017, Salto do Lontra – PR, ou em outro local indicado pela Secretaria.

9.1.2. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente embalados e com prazo de validade e durabilidade compatíveis com o recomendado pelo fabricante.

9.1.3. Caso não seja possível a entrega na data estabelecida, a empresa deverá comunicar formalmente as razões com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência, para que o pedido de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas as situações de caso fortuito ou força maior.

9.1.4. A Contratada deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no(s) endereço(s) indicado neste Termo de Referência, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.2. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.2.1. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.2.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.2.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.2.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.2.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



9.2.6. O prazo indicado no sub item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.2.7. Na hipótese do sub item acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.2.8. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

9.2.9. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.2.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

9.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.3.1. São obrigações da Contratada:

- I - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- II - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);
- III - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- IV - comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- V - indicar preposto para representa-lo durante a execução da ata, e também manter comunicação com a Administração para gestão da ata;
- VI - manter durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- VII - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;
- VIII - arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando:
- a) houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento;
 - b) houver interrupção da execução da ata ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.

9.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.4.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

- I - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- II - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- III - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- IV - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- V - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.1 DA FISCALIZAÇÃO

10.1.1 O fiscal da ata de registro de preços será Cleimar Moravisli, conforme portaria de nomeação nº 1009, de 25 de junho de 2025.



10.1.2 O fiscal terá as seguintes atribuições:

- I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor da ata, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- II - anotar no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- IV - demais funções previstas na regulamentação municipal.

10.2. GESTOR DO CONTRATO

10.2.1 O gestor da ata de registro de preços será Tarcísio da Rosa, conforme portaria de nomeação nº 1009, de 25 de junho de 2025.

10.2.2. O gestor terá as seguintes atribuições:

- I - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- II - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- III - demais funções previstas na regulamentação municipal.

11. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

11.1. DO RECEBIMENTO

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da ata.

11.1.1. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

11.1.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.1.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



11.1.2. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

11.1.2.1. Os bens serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, nos termos do Decreto Regulamentador.

11.2. LIQUIDAÇÃO

11.2.1. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Salto do Lontra constando número da licitação, lote/ítem e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, observadas as disposições do Termo de Referência, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Decreto Regulamentador.

11.2.3. Nenhuma liquidação será efetuada sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.4. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gerando compensação financeira.

11.2.5. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da nota apresentada.

11.3. FORMA DE PAGAMENTO

11.3.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da liquidação.

11.3.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação do índice de correção monetária IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), ou outro que vier a substituí-lo.

11.3.3. A Contratante realizará as retenções tributárias a que for legalmente obrigada, inclusive a do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.



11.3.4. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

11.3.5. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

11.3.6. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

12. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/>, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme especificações deste termo de Referência.

12.1.2. O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

12.2. FORMA DE FORNECIMENTO

12.2.1 Constitui objeto desta ata o fornecimento equipamentos para atividades físicas, por parte da contratada, de forma parcelada, conforme demanda e cronograma estabelecidos pela Administração.

12.3. EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO

12.3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais contidas no edital.

12.3.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão previstos em edital, conforme legislação vigente.

13. ESTIMATIVA DE PREÇO

13.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 22.938,05 (vinte e dois mil, novecentos e trinta e oito reais, e cinco centavos), conforme custos unitários apurados na tabela constante neste Termo de Referência, referente ao fornecimento do item descrito.

14 . DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações nos preços registrados reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



14.2 O fornecedor é obrigado a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial pactuado.

14.3 As alterações de que tratam esse tópico deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5 As Alterações de que tratam este tópico deverão atender a todos os requisitos constantes nos artigos 124 ao 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021 no que for cabível.

14.6 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

c.1) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

c.2) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

14.7 As alterações dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão responsável promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os publicamente no site oficial.

14.8 As alterações dependem de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado junto ao Fiscal da Ata de Registro.

15. DO REAJUSTE



15.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data proposta apresentada.

15.2 Após o decurso de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

15.6 Não Serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação

Órgão: 7 - SEC.POL.PÚB. MULH, IDOSO E IGUALD.RACIAL

Natureza Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

UG	ORGÃO	UNI.	REDUZIDO	FONTE	AÇÃO	DESCRIÇÃO	DESP.	DESD.	NATUREZA
0	7	2	31	2009	2056	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA AO IDOSO	2823	2832	4.4.90.52.10.00.00

17. APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

17.1 O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo decreto regulamentador e as orientações constantes da minuta padronizada aprovada.

Salto do Lontra, 23 de junho de 2026

Ana Claudia Madruga

Secretária Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Eliziane Pilatti

Administrativo da Secretária Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Tarcísio Da Rosa

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Administração Municipal

Tel.: (46) 3538-1177 - Cx. Postal, 31 - Rua Prefeito Neuri Baú, 975 - Salto do Lontra - Paraná